

Editorial

Arquivos da Saúde e a Saúde dos Arquivos

As atividades voltadas para a promoção da saúde pública sintetizam várias determinações relacionadas à reprodução da vida humana na sociedade. Os documentos que registram essas atividades refletem múltiplos aspectos que os tornam ricos de informações e flagram a vida humana sob ótica privilegiada. Imagine-se a gama de informações contidas em prontuário médico; em relatórios de informações e pesquisas epidemiológicas; em registros de estudos de desenvolvimento de uma vacina; em declarações de óbito e de nascidos vivos; em notificações de doenças contagiosas, ou em relatórios técnicos administrativos. Sob quaisquer perspectivas, a documentação produzida na área da saúde é primorosa, tanto sob a ótica dos estudos da história das práticas médicas e da história da ciência, quanto sob a perspectiva da história sociocultural. A documentação da saúde pública é particularmente atraente e reveladora de práticas sociais que extrapolam sobejamente o binômio doença/cura da população, como muito bem ilustram os artigos publicados nesta edição.

Epidemiologia e informação

Podemos supor que a produção e monitoramento de abrangentes e densas informações sobre o perfil epidemiológico de uma população se constituem em atividades indispensáveis para a promoção de políticas públicas de saúde. Dizem os epidemiologistas que cada sociedade tem suas formas específicas de adoecimento e de morte. Como nasce, respira e morre a população? Como medir a saúde de multidões que circulam em emaranhados de avenidas e padecem em tantos leitos espalhados nos hospitais das cidades? Que doenças as afetam e com que intensidade e periodicidade e espaços elas incidem nessa população? Quantos morrem em decorrência de acidentes e atos de violência? O que dizem os prontuários sobre acompanhamento, evolução e tratamento de pacientes e sobre os fármacos utilizados?

O acúmulo técnico-científico associado às sofisticadas tecnologias da informação é potencialmente capaz de processar gigantescas quantidades de dados a serem transformados em informações, sob o viés epidemiológico. Ocorre que a fidedignidade dos dados está relacionada a outros fatores, pois, na ponta da produção de informações, há uma região inalcançável pelo mecanismo tecnológico que depende da política, do planejamento, da decisão pelo investimento, da organização e da mobilização de exércitos de funcionários, habilitados ou não, trabalhando diária e cotidianamente em atividades repetitivas a produzir documentos e a alimentar bancos de dados.

Essa obra grandiosa e diuturna cabe aos serviços médicos e administrativos, aos centros de coleta de dados, de pesquisa e de análise, com os seus técnicos a utilizarem sistemas de informação. Entretanto, os mais elaborados sistemas dependem de informações que são produzidas diariamente em todos os equipamentos de saúde, informações estas que se consubstanciam nos nossos conhecidos documentos de arquivo.

Dito isto, documentos mal produzidos ou mal conservados, ou não preservados, ou ainda, não organizados impedirão a produção de eficientes mapas de informações epidemiológicas. Esse exemplo é válido e extensivo a todas as áreas da gestão do conhecimento.

Isso explica o esforço de instituições de informações epidemiológicas em atuar fortemente no chão das instâncias de assistência à saúde. Há manuais muito elaborados que visam ao aprimoramento de dados e informações a serem inseridos nos documentos de arquivo por médicos, enfermeiros e toda gama de profissionais que atuam nos serviços de saúde. Para fins de exemplo, e se tiverem a curiosidade, acessem alguns desses

guias de orientações, como aqueles elaborados para preenchimento da declaração de nascidos vivos, com versão, inclusive, para filhos de mães imigrantes e refugiadas.¹

Estratégico, mas nos porões

Precisamos de justificativa mais cabal sobre a importância estratégica dos documentos e dos arquivos para a produção de informações qualificadas para o bem da comunidade? Ocorre que informação qualificada não é tudo e, em geral, ela se subordina aos interesses políticos e de classes daqueles que gerenciam essas informações e são responsáveis diretos pela gestão da coisa pública. Se informação fidedigna fosse o bastante para se produzir políticas de saúde eficientes, não viveríamos esse caos na saúde brasileira e em vias de destruição do que nos resta.

Isso ajuda a explicar, em parte, o paradoxo dessa instituição estratégica – o arquivo – mas, em geral, mantida no obscurantismo dos porões. O que forja a resiliência daqueles que atuam na área é a certeza de que os arquivos, com todo seu desprestígio, nunca morrem, pois, se isto acontecer é porque a própria “civilização” foi junto.

Arquivos não morrem, agonizam

Não obstante, os arquivos aparentam não extrapolar o seu estágio de agonia, e faz-nos lembrar a genial paródia do escritor português, José Saramago, no seu livro *As intermitências da morte* Intermitências da morte. “De repente, a morte suspendeu suas atividades no país”. Aqueles que estavam a um suspiro para o seu desfecho, foram impedidos de “passar desta para melhor” e permaneceram condenados à agonia eterna. O que parecia ser a realização do pueril sonho humano de eternidade, revelou-se como a maior das tragédias. Com a greve da morte que se recusou a usar a sua foice para ceifar as vidas, como sempre o fez desde a eternidade, o sistema de saúde e todas as funções sociais da cidade fantástica de Saramago entraram em colapso. Inclusive, a ideia de ressurreição e correlatas funções eclesíásticas perderam sentido.

Informação aprisionada e rebaixada

O status dos arquivos brasileiros na administração pública é muito flutuante; alguns aparentam “saúde” muito frágil, resultante da cegueira de seus gestores que parece não se importarem com os processos de asfixia administrativa a que são submetidos. Os exemplos estão a mostrar que ao nosso século XXI não caberá a alcuinha, por historiadores do futuro (sempre prontos a produzirem suas periodizações), de “era de informação”. Neste mês de lançamento desta edição, o absurdo silenciamento, seguido de sequestro de Julian Assange, perpetrados por agentes de múltiplos estados nacionais, um dos maiores ícones da democratização da informação, na perspectiva da chamada sociedade civil, é apenas um exemplo.

Outro caso é o do Arquivo Público Mineiro que está a pedir socorro diante do projeto de lei nº 367/2019 que o rebaixará à condição de “diretoria”, perdendo a autoridade para atuar na garantia do cumprimento das competências vitais para a boa administração pública.²

Ainda neste mês, mais um patrimônio da humanidade – a Catedral de Notre Dame- ardeu, somando-se a uma crescente lista de tragédias com o patrimônio, na sequência do nosso Museu Nacional. Confirmam no comen-

¹ Para acessar esse e outros modelos no sítio da Coordenadoria de Epidemiologia e Informações (CEInfo), da Prefeitura de São Paulo: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/sinasc/Manual_Orientacoes_DN_Imigrantes_Refugiados.pdf

² Ver nota da ANPUH: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5142-campanha-em-defesa-do-arquivo-publico-mineiro-abaixo-assinado>

tário do jornalista Pepe Escobar, escrito ainda no calor das chamas.³

O grito e a dor também são sintomas de vida.

Abril de 2019.
Marcelo Antônio Chaves

³ <https://www.brasil247.com/pt/colunistas/pepeesobar/390395/Bamiyan-Babil%C3%B4nia-Palmyra-Notre-Dame.htm>